



INTEGRAÇÃO REGIONAL E COESÃO SOCIAL NO MERCOSUL:

uma análise à luz da teoria da dependência¹

Jonatan Pozzobon Müller*

Resumo A história da América Latina ocorreu de forma paralela ao sistema capitalista internacional. O continente inaugurou, já no século XV, uma relação histórica de dependência com o centro do sistema mundial, fato que condicionou o modelo de desenvolvimento econômico e social ao fracasso. Com a colaboração nefasta da globalização neoliberal das últimas décadas, a região mergulhou em um caos social generalizado. A fim de reverter essa situação, instigaram-se os debates acerca dos processos de integração regional e de como eles poderiam viabilizar uma inserção autônoma na disputa capitalista internacional. Conforme o concebido pelos intelectuais da teoria da dependência da década de 1960, a ação integrada dos agentes sociais, parlamentares, partidários e sindicais alavancaria o pleno desenvolvimento regional. O objetivo deste artigo é situar a integração regional como pré-requisito para se alcançar a coesão social no âmbito do MERCOSUL, garantindo, dessa forma, uma inserção adequada dos Estados-membros no sistema mundial. Assim, primeiramente, será explanado o processo histórico da América Latina. Na sequência, será abordada a integração regional, segundo a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, como mecanismo capaz de assegurar o bem-estar social e a inserção autônoma no sistema internacional. Por fim, abre-se espaço para as reflexões sobre a coesão social no âmbito do MERCOSUL. Utilizando-se, portanto, do método dedutivo de pesquisa, o presente texto encaminhar-se-á dentro do rol de discussões acadêmicas vinculadas ao estudo do aprofundamento do modelo de integração e coesão social no MERCOSUL.

Palavras-chave América Latina; dependência; integração regional; MERCOSUL; coesão social.

* Graduado em Relações Internacionais pela UNIVALI. Foi bolsista na Universidad de las Américas, em Santiago, Chile (2007), onde estudou Psicologia e Ciências Políticas. Atualmente, é aluno regular do Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UFSC.

¹ Para a confecção deste artigo, foram utilizadas obras de origem estrangeira, cuja tradução, em caráter não oficial, é de responsabilidade do autor.

INTEGRACIÓN REGIONAL Y COHESIÓN SOCIAL EN EL MERCOSUR: UNA REVISIÓN A LA LUZ DE LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA

Resumen *La historia de Latino América ocurrió de manera paralela al sistema capitalista internacional. El continente inauguró, ya en el siglo XV, una relación histórica de dependencia con el centro del sistema mundial, hecho que condicionó al fracaso el modelo de desarrollo socioeconómico. Con la colaboración nefasta de la globalización neoliberal de las últimas décadas, la región entró en un caos social generalizado. Para cambiar esa situación, se incitaron los debates acerca de los procesos de integración regional y de cómo estos podrían hacer viable una inserción autónoma en la disputa capitalista internacional. Segundo la idea formada por intelectuales de la teoría de la dependencia de la década de 1960, la acción integrada de los agentes sociales, parlamentarios, partidarios y sindicales, impulsaría el máximo desarrollo regional. El objetivo de este artículo es situar la integración regional como requisito para alcanzar la cohesión social en el ámbito del MERCOSUR, garantiendo así una inserción adecuada de los Estados miembros en el sistema mundial. Así, primeramente, será expuesto el proceso histórico de Latino América. En seguida, la integración regional, segundo la teoría de la dependencia de Ruy Mauro Marini como mecanismo capaz de garantizar el bienestar social y la inserción autónoma en el sistema internacional. Por último, se abre espacio para reflexiones sobre la cohesión social en el ámbito del MERCOSUR. Se utilizando del método inductivo de la pesquisa, el texto se encaminará en el rol de discusiones académicas vinculadas al estudio de profundización del modelo de integración y cohesión social del MERCOSUR.*

Palabras clave *Latino América; dependencia; integración regional; MERCOSUR; cohesión social.*

INTRODUÇÃO

A história da América Latina se desenvolveu em conformidade com o sistema capitalista internacional. Desde que as grandes naus europeias do século XIV aqui atracaram, a região foi concebida e de tal modo organizada, a fim de servir às solicitações do poder hegemônico que, nessa época, começava a se constituir em escala global.

Primeiramente voltado para a Europa, depois, para os Estados Unidos da América, o continente inaugurou uma relação histórica de dependência com o centro do sistema mundial, fato que o condicionou ao fracasso, em uma inserção autônoma e competitiva na disputa capitalista.

A dominação colonial, culminada no modelo de globalização neoliberal das últimas décadas, representou, para a América Latina, uma profunda desarticulação das forças políticas, econômicas e sociais. O desenvolvimento dependente, atrelado e subordinado ao capital hegemônico estrangeiro privilegiou a poupança externa e o consumo interno de alto poder aquisitivo, acirrando a marginalização das classes trabalhadoras e a polarização social.

A fim de reverter essa situação, aprofundou-se, nos últimos anos, o debate sobre modelos de integração latino-americanos e como eles poderiam alavancar mecanismos capazes de garantir maior proteção social às populações. É nessa perspectiva que surge o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL.

Assim, embora o bloco originário do Tratado de Assunção, de 1991, seja de índole neoliberal e tenha a primazia dos aspectos econômicos sobre as questões sociais, estabelece em seu preâmbulo, como objetivo final da integração, o desenvolvimento econômico dos Estados-membros e a justiça social em esfera regional, visando melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Nesse viés, é explícito que a integração social, por via da construção de uma cidadania regional plena, ainda esteja em um estágio embrionário, se comparado com os avanços expressivos da unificação das políticas alfandegárias, por exemplo.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é situar a integração regional como prerequisite para se alcançar a coesão social no âmbito do MERCOSUL, garantindo, assim, uma inserção adequada dos Estados-membros no sistema internacional. Para tal fim, o primeiro tópico abordará o processo histórico imposto à América Latina, responsável, em grande medida, pela atual condição de desigualdade social e desarticulação das forças políticas, econômicas e sociais da região. Na sequência, conforme o concebido pelos teóricos da dependência, em especial Ruy Mauro Marini, o segundo tópico reportará à integração regional, por via dos esforços dos agentes sociais, parlamentares, partidários e culturais, como pré-requisito para lograr um desenvolvimento autônomo e garantir, desse modo, a efetivação dos direitos sociais da população. Por último, identificar-se-á a atual dimensão em que se encontram as políticas sociais do MERCOSUL, bem como os possíveis mecanismos que poderão viabilizar uma plena coesão social intrabloco.

Utilizando-se, portanto, do método dedutivo de pesquisa, o presente texto encaminhar-se-á dentro do rol de discussões acadêmicas vinculadas ao estudo do aprofundamento do modelo de integração e coesão social no MERCOSUL.

O PROCESSO HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz do torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. [...] Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os processos e criar aqui uma sociedade solidária (RIBEIRO, 1996, p. 120).

Atada a um passado que a condena e vislumbrando um futuro promissor, a América Latina é ainda um verdadeiro enigma. Confundida com o paraíso terrestre pelos primeiros navegantes que aqui chegaram e frequentemente lembrada como celeiro do mundo, a região e suas riquezas foram, desde cedo, exploradas em função do progresso alheio. Após cinco longos séculos, o continente procura, por fim, empenhar-se para ocupar a posição que sempre lhe foi negada nas relações internacionais.

O projeto de desenvolvimento dependente, elaborado pelas burguesias nacionais, atrelado e subordinado à vontade das estruturas hegemônicas de poder, começa a ser refutado e questionado pelos governos populares², que, pela primeira vez na história, têm a oportunidade de pôr em prática as reivindicações do passado.

A “Grande Pátria”³ está cansada de colecionar frustrações, e, mais uma vez, a esperança brota revigorada da terra enfraquecida. Trata-se da esperança que alimenta o homem faminto com a fé em uma vida menos sofrida, em uma vida mais justa. O destino parece, assim, bater-lhe à porta, convidando o povo a reinventar, de uma vez por todas, a América Latina⁴.

Se a história oficial é concebida como o êxito do processo civilizatório, na América Latina, ela pode ser considerada como um fracasso, desde o momento em que as grandes naus europeias aqui atracaram. Assim, o ano de 1492 marca o surgimento da modernidade. De fato, ela se originou nas cidades medievais

2 Este artigo considera como populares os governos de Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), José Mujica (Uruguai), Rafael Correa (Equador) e Dilma Rousseff (Brasil).

3 Expressão cunhada por Simon Bolívar – El Libertador – e depois resgatada por José Martí, idealiza a unificação dos povos latinos em torno de uma Grande Pátria, “*la nuestra América*”. O sentido dessa integração ultrapassaria o simples significado jurídico do termo; representaria um laço fraternal entre o povo e a nova pátria. Para mais detalhes, consultar Martí (1975).

4 Darcy Ribeiro (1996, p. 13) expõe a particularidade do novo povo aqui constituído: “Foi desindianizando o índio, desafrikanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos. Somos, em consequência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo, porque entre nós a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Um povo sem peias que nos atenham a qualquer servidão, desafiado a florescer, finalmente, como uma civilização nova, autônoma e melhor”.

européias, livres e centros de enorme criatividade. Contudo, passou a existir de fato quando a Europa pôde confrontar-se com “o outro” e controlá-lo, vencê-lo e violentá-lo; quando se pôde definir como um ego descobridor e colonizador.

O “outro”, o ameríndio, de todas as maneiras, não foi descoberto como “outro”, mas “encoberto” pelo europeu. Desse modo, a data marca o nascimento da modernidade como conceito, a origem de um mito de violência sacrificial muito particular e, ao mesmo tempo, de um processo do encobrimento do não europeu (DUSSEL, 1992).

A conquista da nova terra foi um processo militar, prático e violento que concebeu dialeticamente o “outro” como o “mesmo”. O outro não europeu, em sua distinção, é negado e obrigado a incorporar-se na totalidade dominadora como coisa, instrumento, oprimido, assalariado (nas fazendas de frutas) ou escravo (nos engenhos de açúcar) (DUSSEL, 1992).

O “encontro” dos dois mundos⁵ (de um lado, o europeu, superior e civilizado; do outro, o indígena, inferior e primitivo) representou para o nativo, no primeiro momento, a conquista por meio da força das armas. Após o domínio inicial, vieram o controle corporal e o espiritual do cristianismo⁶. Ambas as dimensões se constituíram como o mais eficiente processo de “desindianização” das populações dominadas. De tal modo, o colonialismo consagrou a hegemonia do pensamento eurocêntrico, fundado no projeto que pregou a fé inelutável na ciência e, de certa forma, deixou-nos de herança um mundo representado por meio de dualismos (progresso/atraso, civilizados/bárbaros, cultura/natureza, etc.) (WALLERSTEIN, 2007).

Esses dualismos provocaram fendas históricas na América Latina. As problemáticas da educação, da terra usurpada e do reconhecimento do índio foram elementos que formaram uma estrutura muito particular que condicionou as relações sociais. Os três dilemas, assim como apontou José Carlos Mariátegui, em 1928, condenaram à ruína o modelo de organização social latino-americano⁷.

Contudo, esses dualismos são resultantes de um episódio inédito na história. Segundo Aníbal Quijano, a América se converteu no primeiro espaço de um novo

5 Enrique Dussel argumenta que, para haver um encontro, é necessário que haja uma interação de culturas, um intercâmbio de experiências. Essa relação é estabelecida em certo grau mínimo de respeito. Segundo ele, o que houve na América, durante a conquista europeia, não foi um encontro, foi uma superioridade (reconhecida ou inconsciente) da cristandade sobre as religiões indígenas e a imposição irracional de uma cultura sobre a outra. Consultar Dussel (1992).

6 O controle corporal ocorreu por meio da servidão para o homem e do sexo forçado para a mulher; já o controle espiritual se manifestou sob a ideia de que a alma era o objeto privilegiado da salvação, e o corpo era o objeto básico da repressão.

7 Mariátegui foi pioneiro ao analisar a problemática do índio, da terra e da educação, sob as luzes do marxismo no contexto latino-americano. Nesse sentido, consultar Mariátegui (1975).

padrão de poder de vocação mundial. Duas fatalidades convergiram e se associaram para estabelecer esse novo padrão universalista. A primeira se constitui pela codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados, estabelecendo uma escala biológica entre superiores e inferiores. Já a segunda fatalidade se reporta à articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial⁸.

Nesse sentido, a primeira fatalidade aborda o significado moderno do conceito “raça”. Tal ideia surge a partir da chegada das primeiras naus à América, que estabeleceu, nesse momento, uma diferença evolutiva entre colonizadores e colonizados. Pela primeira vez, os europeus, que antes apenas remetiam a uma origem geográfica em comum, passam a se constituir como raça, identidade, uma etnia dita avançada.

As relações sociais que se seguiram criaram grupos históricos novos: índios, negros e mestiços. Essa concepção de raça serviu como fonte de legitimidade para a dominação da América, de tal modo que os europeus colonizadores se sentiam não somente com o direito, mas com o dever sagrado de espalhar a luz da civilização nessas terras incultas e sombrias.

A segunda fatalidade se refere ao modelo de apropriação da força de trabalho. O novo padrão de exploração do trabalho e da produção foi estabelecido em torno da relação entre capital e mercado mundial. Os processos de escravidão, servidão, produção mercantilista e a relação salário/capital da época não representaram para os sujeitos envolvidos prolongamentos históricos de seus antecessores. Todas essas formas eram inéditas, uma vez que foram organizadas para servir o mercado exterior e coexistiram no mesmo espaço/tempo, em função do capital e de sua reprodução. Dessa forma, surge um padrão global de controle, que se apropria da força de trabalho e dos recursos existentes para o capitalismo.

O capitalismo mundial foi, desde a partida, colonial/moderno e eurocentrado (QUIJANO, 1992). Já em sua condição de centro do capitalismo, os Estados europeus não somente detinham o controle do mercado internacional, mas também puderam impor seu domínio sobre todas as regiões e populações colonizadas, incorporando-as ao “sistema-mundo⁹” que assim se constituía e ao seu específico padrão de poder.

⁸ Nesse sentido, consultar também Quijano e Wallerstein (1992).

⁹ Segundo Immanuel Wallerstein, sistema-mundo é o conceito que define a dicotomia entre capital, trabalho e acumulação capitalista em escala mundial. O sistema-mundo se originou na Europa do século XVI. Em razão de sua própria natureza, desencadeou um processo de expansão que culminou no atual sistema global de concorrência capitalista. Para mais detalhes, consultar Wallerstein (1979).

Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de reidentificação histórica, pois, a partir da Europa, foram atribuídas novas identidades geoculturais (QUIJANO, 1992).

Os acontecimentos que seguiram após o final do século XIV foram para a América Latina, acima de tudo, um capítulo do alargamento do comércio europeu, como alega Caio Prado Júnior (1981, p. 31-32):

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira, [assim como a América Latina] tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país [e de toda região]. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados¹⁰.

A relação histórica colônia/metrópole estabelecida na América Latina consolidou-a como o continente das contradições. Por um lado, deslumbra-se a América Latina rica em recursos naturais e com áreas de enorme produtividade; e, por outro lado, nela divisa-se um povo miserável e abandonado. Terra da comunhão e do coronelismo, do trabalho livre e da escravidão, da vitória e da derrota, enfim, “a nossa riqueza sempre gerou a nossa pobreza” (GALEANO, 1984).

Esses eixos extremados revelam a herança do período colonial e refletem na própria identidade latino-americana. Entretanto, deve-se atentar ao fato de que a perspectiva eurocêntrica opera, nesse viés, como um espelho que distorce o que reflete. Isso significa que, apesar de possuir tantos e tão importantes traços históricos europeus, o povo latino-americano se constituiu profundamente distinto. De tal maneira, o espelho eurocêntrico reflete uma imagem necessariamente parcial e distorcida (GALEANO, 1984).

¹⁰ Caio Prado Júnior e o historiador argentino Sérgio Bagú foram os responsáveis pela criação de um estilo de pensamento que integrou filosoficamente a América Latina. Depois deles, seguiram pelos mesmos trilhos Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, compondo um novo grupo que trouxe paradigmas inéditos ao debate acadêmico, tais como cultura, tradição, patriarcalismo, modernização e revolução. Esses intelectuais significaram uma superação do atraso de nossas ciências sociais e promoveram uma ruptura com o passado oligárquico.

O universalismo europeu, ancorado na exploração mercantilista, obstaculizou qualquer tipo de organização política, social e das forças produtivas que convergissem para o bem coletivo. A era que posteriormente se efetivou para o continente consolidou o processo de acumulação capitalista de orientação mundial pelo qual o continente, desde cedo, especializou-se em perder. Primeiro, foi o ouro de Zacatecas e a prata de Potosí; atualmente, fonte de petróleo e ferro, de cobre e carne, de frutas e café, de matérias-primas e de alimentos que têm como destino os países ricos, que ganham consumindo-os muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os (GALEANO, 1984).

Ao alcançar a independência¹¹ (autonomia política), no decorrer do século XIX, as novas repúblicas latino-americanas se viram governadas por uma elite burguesa europeizada, uma classe dominante marcada pela ausência de vontade política, que não se esforçou para fomentar o desenvolvimento nacional. Com as cabeças voltadas, primeiramente, para o velho continente e depois para os Estados Unidos, os novos líderes nunca representaram os interesses da maioria¹² da população. O planejamento social foi esquecido, ou melhor, fragmentado e dissolvido em prol da luta pela sobrevivência imediata. A sedução em torno de uma estratégia de salvação pessoal se consagrou em detrimento da instituição da coletividade.

O que importa ser destacado, como afirma Sérgio Bagú, é que o regime econômico/político luso-espanhol nas Américas não foi o feudalismo, mas o capitalismo colonial. Este, por sua vez, é um regime que conserva um perfil equivocados, porém sem alterar sua índole capitalista. A América Latina ingressou com extrema celestidade no capitalismo comercial, já inaugurado na Europa, e contribuiu para o ciclo com vigor colossal, tornando possível a reprodução de sua versão industrial, anos mais tarde (BAGÚ, 1993, p. 253).

Segundo Giovanni Arrighi (1996), a verdadeira transição a ser elucidada não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante desse fenômeno é a fusão singular do Estado com o capital, o que, em parte nenhuma, ocorreu de maneira mais favorável do que na Europa (MUNTEAL, 2009, p. 330).

11 O caso brasileiro foi uma exceção, pois a independência foi muito mais um arranjo político do que propriamente um movimento de libertação, já que se preservaram as instituições e a ordem colonial.

12 Boaventura de Sousa Santos usa o termo “maioria minorizada” para descrever um fenômeno típico da América Latina. A maioria (numérica) de origem autóctone é a mais atingida pela falta de proteção dos direitos civis, sendo, desse modo, minorizada no que tange ao pleno exercício da cidadania em comparação com os outros grupos sociais. Para mais detalhes, consultar Santos (2009).

Desse modo, o arranque da história moderna e contemporânea está indissoluvelmente associado ao movimento de acumulação de forças pelos Estados nacionais, articulados à lógica de acumulação de capital em uma escala planetária.

Diante do exposto, percebe-se que a América Latina (o único continente cuja data de nascimento se sabe precisamente¹³) se desenvolveu paralelamente ao capital estrangeiro. Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1996, p. 212) assevera:

A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil [América Latina], ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas.

O pensamento de Darcy Ribeiro revela o caráter contraditório do sistema; por um lado, muito racional para os acionistas estrangeiros e as burguesias nacionais; e, por outro lado, demasiado irracional para os outros milhões de braços que querem trabalhar, mas que não encontram lugar no campo, onde reinam os latifúndios, ou nos grandes polos industriais, como São Paulo e Buenos Aires, onde a automação descartou uma multidão de trabalhadores.

O número crescente de desempregados¹⁴ reflete a falta de equidade social e de capacidade do Estado nacional em gerir políticas sociais com eficiência. Cria-se, assim, urgência em se alcançar uma coesão social¹⁵ que garanta a defesa dos

13 A América Latina só passa a existir como sujeito, à luz da história, a partir da chegada das primeiras caravelas, em 1492. Enrique Dussel questiona essa ideia e aponta que o próprio conceito “descobrimento” é errôneo, uma vez que o continente já coexistia física e culturalmente. No momento da chegada dos europeus, a terra já era habitada por centenas de populações indígenas que cultuavam seus mitos e tradições, com uma história milenar e uma origem existencial bem anterior ao século XIV. Consultar Dussel (1992).

14 Jacques Généraux assinala a importância do trabalho na sociedade contemporânea. Para ele, um trabalhador que está desempregado está totalmente à margem da sociedade, sem dignidade e sem valor. Na era do consumismo, um indivíduo que não tem a capacidade de movimentar a indústria capitalista é remanejado para uma categoria social de segundo plano, inferior. Consultar Généraux (2001).

15 Entende-se por coesão social a eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social, além dos comportamentos e valores dos sujeitos que formam a sociedade, inclusive os sistemas educacionais, a titularidade de direitos, as políticas de fomento da equidade, o bem-estar e a proteção social. Nesse viés, é importante que os sujeitos tenham confiança nas instituições, despertando o sentido de solidariedade, de aceitação de normas de convivência e de participação de espaços de deliberação e em projetos coletivos (CELARE, 2008, p. 3).

direitos fundamentais no aspecto regional, sem distinções de nacionalidade, religião, gênero ou etnia.

Tais problemáticas referidas se agravaram nas últimas décadas. O processo de acumulação do capital internacional típico do período colonial se adaptou e atualmente se manifesta por meio da globalização econômica. Trata-se de um modelo pensado de cima para baixo, do norte para o sul; de um universalismo relativizado, ocidentalizado e, por fim, europeizado¹⁶.

Diante desse regime, o Estado promoveu políticas assistencialistas, na tentativa de moderar e aliviar o sofrimento de milhões de pessoas. Contudo, tais políticas se revelam, muitas vezes, ineficazes, pois não resgatam a dignidade humana, atuando nas reformas estruturais. Assim, o Estado, que deveria, *a priori*, estimular a qualidade de vida e o bem-estar de seus cidadãos, transforma-se em um gerente de desempregados e da miséria humana (SILVA, 2006).

Entretanto, esse Estado clientelista foi duramente questionado nos anos 1960. Quem encabeçou a agenda crítica, nesse sentido, foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2009)¹⁷. Liderada pelo economista argentino Raul Prebisch¹⁸ e com colaboração decisiva de Celso Furtado e Aníbal Pinto, a Comissão colocou em evidência os erros referentes à deterioração dos termos de intercâmbio.

Segundo seus ensinamentos, a América Latina agroexportadora se encontrava desfavorecida nas trocas comerciais com os países desenvolvidos. Os produtos industrializados, em razão de seu maior valor agregado, estabeleciam uma relação assimétrica em comparação com os produtos primários da região.

É nesse cenário que se situam intelectuais como Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹⁹, Enzo Faletto, Guido Mantega e José Serra. Para eles, a industrialização

16 Josaldo Rego afirma que o discurso da globalização e a consagração de uma geopolítica neoliberal que subordina as políticas ambientais e estimula a transformação da natureza em mercadoria e, por outro lado, as mobilizações por reconhecimento de identidades coletivas, por exemplo, compõem um campo de lutas onde se podem encontrar as fronteiras discursivas da modernocolonialidade. Consultar Rego (2006, p. 186-190). Boaventura de Sousa Santos sublinha que esse campo de luta também é marcado pela ação dos movimentos de antiglobalização, como o Fórum Social Mundial. Para o sociólogo português, essas iniciativas são manifestações de uma epistemologia do sul que, em busca de reconhecimento, colidem com a epistemologia do norte, compondo, assim, o campo de luta da “sociologia das ausências” (SANTOS, 2005).

17 Fundada em 1948 e com sede em Santiago, no Chile, a instituição é uma das cinco comissões regionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Tem como função analisar e estimular a cooperação e a assistência técnica nos governos da região, por meio de formulações de estratégias políticas, econômicas e sociais. Para mais informações, consultar: <<http://www.eclac.cl/>>.

18 Raul Prebisch foi nomeado secretário executivo da CEPAL em 1950, cargo que manteve até 1963. Com grande produção intelectual, influenciou toda uma era das ciências econômicas e políticas. Ante seu grande legado, definiu a relação de centro-periferia: “enquanto os centros conservavam integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (PREBISH, 1994, p. 238).

19 Embora Fernando Henrique Cardoso tenha participado da revisão sobre o modelo de desenvolvimento da América Latina, nos anos 1960 e 1970, seu governo à frente da presidência do Brasil (1994-2002) o contradisse radicalmente e o caracterizou como um neoliberal tradicio-

somente seria alcançada com projetos reformistas. Dessa forma, concebeu-se o desenvolvimento dependente associado, fortemente alicerçado no capital estrangeiro, com grandes ajustes fiscais e cortes rigorosos das despesas públicas, o que acirrou a deterioração das condições sociais.

A burguesia nacional, desacreditada, segundo esses pensadores, não estimularia a industrialização, daí a necessidade de se atrelar aos investimentos internacionais, por meio de políticas de privatizações e de captação de poupança externa.

Houve uma crença ingênua por parte desses teóricos de que se poderia reproduzir na periferia, mesmo com cinco séculos de desvantagem, o esquema clássico de desenvolvimento do capitalismo do centro do sistema.

Contudo, há uma ala de críticos que discordou veementemente de tais pressupostos. Para esse grupo²⁰, a conquista da soberania nacional estava ligada à luta revolucionária, à mobilização das forças populares e à ruptura da ordem econômica internacional capitalista. Acreditava-se que a industrialização não resolveria o problema, uma vez que a lógica orientadora do capitalismo dependente leva, segundo o célebre raciocínio de André Gunder Frank (1970), ao desenvolvimento do subdesenvolvimento ou, ainda, segundo Ruy Mauro Marini (1990, p. 18), “o fruto da dependência não pode ser [...] senão mais dependência”.

Entretanto, as vozes desses críticos não foram ouvidas. A CEPAL dos anos 1960-1970 entendia que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram fenômenos quantitativamente diferenciados, podendo o segundo ser resolvido com medidas corretivas, no plano do comércio internacional, e com uma política econômica adequada, que dependeria das situações concretas vivenciadas pela economia mundial²¹.

Emir Sader (2009, p. 28 e 31) refuta as orientações cepalinas da década de 1960 e argumenta:

A concentração de renda foi um mecanismo de aceleração da expansão econômica e da preservação da taxa de lucro, fortalecendo a capacidade de consumo dos setores com maior poder aquisitivo. [...] Tal modelo de acumulação do capital é enfocado na sua dupla ótica, ambas intrinsecamente articuladas: fornece fatores

nal. O próprio FHC afirmou, diante das câmaras de televisão: “Esqueçam tudo que eu escrevi” (BRANDFORD, 2003, p. 75).

20 Este artigo se refere em especial a Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos.

21 No contexto Cepalino, as políticas econômicas defendidas como corretas estavam ligadas ao projeto industrializante de substituição de importações.

de produção que permitem a reprodução de capital nas economias centrais do capitalismo e, ao mesmo tempo, condiciona as burguesias da periferia, inferiorizadas na competição pelo mercado internacional, a induzir em nossas formações a exploração do trabalho. [...] O modelo voltado para a exportação e para o consumo de alta esfera exigia a restrição do mercado interno e pavimentava os caminhos para a aliança com o latifúndio e o imperialismo.

A história regional terminaria comprovando a validade de tal crítica. O fracasso do modelo entreguista, ancorado no desenvolvimento dependente, reafirmou antigos problemas como o fraco crescimento, a falta de equidade, a enorme população excedente, a insuficiente captação dos recursos humanos, os mercados internos vulneráveis, a ausência de profundas reformas no campo, a falta de integração produtiva, a carência de instituições sólidas, a corrupção, a polarização social e os elevados níveis de pobreza e miséria.

Nesse cenário de caos social exacerbado, surgiu, no âmago do pensamento crítico latino-americano, uma corrente marxista que pôs em questão os pressupostos políticos e econômicos até então em voga. Com o objetivo de criar uma alternativa original que pudesse, finalmente, representar uma ruptura com o poder hegemônico, é que surge a teoria da dependência²².

Expoente máximo de dita doutrina, Ruy Mauro Marini conseguiu definir as tendências que regem a reprodução do capital nas economias dependentes. Para ele, a integração regional, por via da mobilização das forças sociais, sindicais, partidárias e parlamentares, alavancaria o desenvolvimento econômico e social da América Latina, conforme será exposto a seguir.

DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

O debate sobre a necessidade de maior e mais intensa integração latino-americana, a fim de romper a condição de dependência que condiciona a região e

22 Este artigo aborda a teoria da dependência elaborada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos. Utilizar-se-á o conceito de dependência como “uma situação na qual a economia de um certo grupo de países está condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia, à qual se encontra atada; uma situação histórica que configura a estrutura da economia mundial de tal maneira que determinados países ficam favorecidos em detrimento de outros e que determina as possibilidades de desenvolvimento das economias internas” (SANTOS, 1969, p. 184).

a impede de inserir-se autonomamente no sistema mundial, teve seu apogeu no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

A erupção de golpes de Estado²³ criou um cenário hostil de grande insegurança e repressão. Nesse momento, após tomarem o poder, os militares golpistas trataram de banir as elites políticas e intelectuais concebidas como opositoras ao novo regime instaurado. Vários militantes que não simpatizavam com o autoritarismo das forças armadas e, por isso, eram percebidos como violadores da nova ordem se viram forçados a deixar seus respectivos países e a buscar asilo no exterior. O México foi o destino escolhido por muitos. A Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) abriu suas portas ao contingente de exilados – uruguaios, argentinos, chilenos e brasileiros – e, basicamente, converteu-se na “Meca” do pensamento crítico latino-americano. É exatamente nesse cenário que Ruy Mauro Marini se insere²⁴.

Embora vítima de um duplo exílio²⁵, Marini dedicou todo o seu entusiasmo à produção teórica de uma doutrina autônoma, crítica e apaixonada. “Assim como em todo novo projeto o arquiteto imagina um edifício melhor”²⁶, Marini, movido pela esperança de uma América Latina mais justa e coesa, desenvolveu, em colaboração com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, a teoria da dependência.

Para ele, a desnacionalização das burguesias latino-americanas estava estritamente vinculada, cada vez mais, com o atrelamento de seus interesses ao mercado internacional, via modelos exportadores. Seus ciclos expansivos, além de curtos,

23 Sobre os golpes militares, a Operação Condor foi a grande estratégia norte-americana para fomentar ditos golpes de Estado e garantir a ascensão dos militares ao poder: “Desde a Conferência Pan-Americana de Chapultepec, no México, em fevereiro de 1945, os Estados Unidos vinham alertando os militares sul-americanos contra o comunismo. Nessa perspectiva, acordos bilaterais de assistência militar seriam efetivamente assinados em 1951: fornecimento de armas e financiamento norte-americano, presença de assessores militares e treinamento de oficiais latino-americanos nos Estados Unidos e na Escola das Américas, na zona norte-americana do canal do Panamá. A revolução Castrista de 1959 precipitou o movimento para uma defesa continental contra o comunismo” (ABRAMOVICI, 2001. Acesso em: 19 nov. 2009).

24 Marini se formou na Escola de Administração Pública, no Rio de Janeiro, e teve forte influência dos ideais revolucionários de Rosa Luxemburgo. Foi do tipo que conciliava a teoria com a prática revolucionária. Dirigente político da Polop (Política Operária) e do MIR chileno (Movimiento de Izquierda Revolucionária), participou da direção do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). Desenvolveu ativamente a militância política e a elaboração teórica, crítica e alternativa, sendo o maior expoente da teoria da dependência na vertente mais marxista, cuja base repousa em sua obra-prima, *Dialectica de la dependencia* (MARINI, 1990).

25 Ruy Mauro Marini sofreu dois exílios em sua vida. Primeiro, em função do golpe da ditadura militar de 1964, quando se viu obrigado a refugiar-se inicialmente no Chile e depois no México; o segundo, executado pelo CEBRAP, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, que, com a colaboração da Fundação Ford, estimulou a construção de uma comunidade acadêmica liberal e conformada. Um episódio marcante foi a publicação da crítica de Serra e FHC à *Dialectica de la dependencia*, mas sem o direito à resposta de Marini. Ambos os exílios contribuíram para a falta de conhecimento sobre seu pensamento no país.

26 Como assinalou Karl Marx em *O capital*, o homem, ao produzir socialmente, passa a reproduzir-se como ser que reconhece alternativas e se apaixonava por elas (MARX, 1973).

aprofundam o caráter desigual do desenvolvimento e deformam sua estrutura econômica, com consequência de profundos desequilíbrios no plano social. O desenvolvimento econômico possível na América Latina dar-se-ia somente com o aprofundamento da dependência e da desigualdade social (SADER, 2009, p. 32).

É com essa perspectiva que Marini elaborou, em pleno turbilhão político de 1972, o manuscrito da *Dialectica de la dependência* (MARINI, 1990), sua obra-prima. Dentro dele, dois axiomas, em especial, merecem destaque: o da *superexploração*²⁷ do trabalho e o do *subimperialismo*²⁸.

A dialética do desenvolvimento, assim percebida, estipula que o subdesenvolvimento de certas regiões é assimétrico ao desenvolvimento de outras. A lógica de acumulação capitalista mundial é um processo contraditório que cria mecanismos que repassam a poucos o que de muitos foi negado.

Assim, a relação de dependência latino-americana, no marco do desenvolvimento capitalista, é concebida em sua essência como um produto da profunda desigualdade que emerge entre o contraste da capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, e a acumulação fundada na superexploração do trabalhador, nos países periféricos.

O esforço dos teóricos da dependência (assim como havia feito anteriormente Mariátegui, 1975) em adaptar os conceitos marxistas à realidade latino-americana assenta-se na experiência histórica e contemporânea. Ambas são concludentes e afirmam que somente obtiveram êxito os países capazes de pôr em execução uma concepção própria e endógena do desenvolvimento e, com base nisso, incorporar-se ao mercado mundial.

Nesse sentido, clama-se por deixar para trás o legado histórico de atraso e subordinação para iniciar um novo caminho, que insira a América Latina na ordem

27 Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil laboral e da vida total, constitui um caso no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida de um cidadão. Definitivamente, tal situação caracteriza a superexploração, na medida em que se viola o valor da força de trabalho (OSÓRIO, 1996, p. 175). Karl Marx (1973, p. 180), reproduzindo o discurso de um proletário a um capitalista, assevera: “Calculando que o período normal de vida de um operário médio que trabalhe racionalmente é de trinta anos, teremos que o valor diário da minha força de trabalho, que tu me abonas em um dia com outro, representa $1/365 \times 30$, ou seja, $1/10950$. Mas se deixo que a consumas em dez anos e me abones $1/10950$ em vez de $1/3650$ do seu valor total, resultará que só me pagas um terço do seu valor diário, roubando de mim, portanto, dois terços diários do valor da minha mercadoria. É como se pegasse a força de trabalho de um dia empregando a de três”.

28 Com o passar do tempo, o modelo simples de centro-periferia, caracterizado pela troca de manufaturas por alimentos e matérias-primas, foi incrementado. O resultado foi uma reestruturação, uma hierarquização dos países de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação, que são também potências capitalistas médias – o que levou a falar da emergência de um subimperialismo (MARINI, 1994, p. 238).

mundial de forma que possa ela mesma decidir seu próprio destino (FERRER, 1999, p. 230). Confirmando a importância da reflexão original, o escritor colombiano Gabriel García Márquez sustenta que “a interpretação da nossa realidade com esquemas alheios só contribui a nos tornarmos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”²⁹.

A atualidade do pensamento de Marini é comprovada com o duro golpe que a América Latina sofreu no início da década de 1990. Com a adesão incondicional dos países ao modelo neoliberal proposto pelo Consenso de Washington, a idealização de uma América Latina unida e mais independente praticamente se dissolveu. O referido Consenso previa conter a alta dos preços, vertiginosa na região, na década de 1980, com a recomendação de uma lista com dez mandamentos aos quais os governos deveriam se adequar a fim de assegurar a estabilidade macroeconômica³⁰.

Coube ao Estado reduzido promover uma política entreguista, por via da aplicação das leis de mercado, beneficiando as grandes corporações transnacionais e o capital especulativo. A “reengenharia” da nova função do Estado estava intimamente ligada ao endividamento externo e aos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O resultado do passado colonial e das ditaduras militares das décadas de 1960-1980 recebeu uma colaboração essencial e nefasta do neoliberalismo, para decididamente gerar uma convulsão radicalizada nas searas econômica e social, no continente. Nunca houve tantos pobres e desempregados como no início do novo milênio. Para se ter dimensão do tamanho do caos, basta analisar certos indicadores: o continente é a região da pior distribuição de renda do mundo; em 1990, 150 milhões viviam com menos de dois dólares diários; em 2000, esse número subiu para 250 milhões; 40% da população sobrevivia do trabalho informal; metade das exportações do continente era destinada ao pagamento da dívida externa;

29 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2950>. Acesso em: 20 jan. 2010. Um episódio que não pode deixar de ser lembrado é a Revolução Cubana de 1959, episódio este de mundial relevância. Contudo, sua implicação para a América Latina foi decisiva. Os revolucionários de *la Sierra Maestra* firmaram, de uma vez por todas, não somente o pensamento, mas a práxis marxista no continente. O levante trouxe à tona um projeto alternativo para a região na possibilidade de melhorar o bem-estar coletivo pela via revolucionária. Aproveitando as energias emanadas da ilha caribenha, outro episódio colaborou para a consolidação do pensamento crítico regional. A Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979, deu fôlego renovado aos dependentistas, como Ruy Mauro Marini, e mostrou que a organização e a revolta popular ainda não estavam mortas na América Latina.

30 Os dez mandamentos: 1) disciplina fiscal; 2) cortes do orçamento público para saúde, educação e infraestrutura; 3) estabilidade fiscal e baixa dos tributos; 4) liberalização das taxas de juros, a fim de atrair mais investimentos internacionais; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) adesão ao comércio exterior, com a redução dos direitos alfandegários; 7) liberalização de investimentos estrangeiros; 8) privatização de empresas públicas; 9) abandono das regulamentações das leis de mercado; 10) garantia ao direito à propriedade (SEGREIRA, 2009, p. 224).

em 2002, o desemprego chegou aos 9,1%, e cerca de 220 milhões estavam em condições de pobreza, dos quais 95 milhões eram indigentes, o que representa 43,4% e 18% da população, respectivamente; o Banco Mundial assinalou que se fosse taxado um imposto de 2% para os 20% mais ricos da população, o montante seria suficiente para que a pobreza fosse erradicada; ainda, com a aplicação de 1% do PIB, a pobreza extrema seria eliminada.

Entre as dez moedas que mais perderam valor em 2003, em relação ao dólar, seis foram latino-americanas³¹. Entre os anos de 1980 e 1990, o número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza subiu de 37% para 39%, no caso da pobreza urbana, e de 25% para 34%, no caso da pobreza rural. Em 1970, a distância entre o 1% mais pobre e o 1% mais rico era de 363 vezes e, em 1995, aumentou para 417 vezes. No período de 1990 a 1997, nove em cada dez trabalhos criados pertenciam ao setor informal (SEGRERA, 2009, p. 342-346).

Já nos anos 1970 e 1980, Marini buscou atualizar o sonho de Bolívar³², assinalando com clareza que a integração da América Latina havia se tornado um pré-requisito indispensável para nossa integração à economia mundial. Ele pensava no desenvolvimento conjunto, por meio de mecanismos multinacionais, de novos setores produtivos e de serviços, com base em tecnologia de ponta e com mecanismos compensatórios que minimizassem os custos sociais de transformação (MARINI, 1992).

Compartindo da mesma consciência crítica de Marini, Alcira Argumedo (2004) manifesta seu pensamento sobre a integração regional. Para ela, é essencial aprofundarmos um pensamento crítico latino-americano, que seja diverso e solidário, sem se olvidar do respeito, bem como das peculiaridades e das autonomias das nações e de suas culturas, etnias e regionalismos internos. Destarte, é condição *sine qua non* para a viabilidade de uma integração sustentada, um explícito reconhecimento da dignidade dos “outros”, capaz de respeitar e enriquecer as memórias e tradições populares em uma nova identidade (regional) que não as negue.

Já estava claro, no final do século XX, para Alcira Argumedo, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que projetos como a Associação de Livre Comércio

31 O peso argentino caiu 72%; o bolívar venezuelano, 44%; o peso uruguaio, 40%; o real brasileiro, 27%; o peso colombiano, 15%; e o peso mexicano, 6% (SEGRERA, 2009, p. 343).

32 Simon Bolívar seguramente ocupa um espaço de destaque na galeria das grandes personalidades da América Latina. Nascido em Caracas, em 1783, foi militar venezuelano e líder revolucionário da independência de vários territórios da América hispânica, o que lhe rendeu o título de “*El Libertador*”. Defensor árduo dos ideais integracionistas durante o século XIX, idealizou um novo mundo constituído por nações livres e independentes, unidas por si não apenas por um corpo de leis comuns, mas por um sentimento popular de comunhão e irmandade. Consultar Bolívar (1981).

das Américas (ALCA)³³, liderada pelos Estados Unidos, não integrariam as sociedades e os Estados latino-americanos, uma vez que não significavam uma especialização, tampouco uma complementaridade econômica entre os países da região. Bem pelo contrário, a constituição de um bloco econômico sob a égide norte-americana pode ser encarada como um verdadeiro suicídio às soberanias nacionais dos outros países.

Para esses intelectuais, a integração regional seria a única forma de convergir as forças sociais e econômicas dos países para que, em conjunto, fosse possível arquitetar um desenvolvimento alternativo³⁴, sustentado em parâmetros sociais, com limites claros da exploração dos recursos naturais, cujo objetivo final não fosse outro se não a melhoria da qualidade de vida da população em geral, dando ênfase às camadas mais carentes da sociedade³⁵.

Porém, Marini (1992) advertia com sagacidade que, no entanto, um projeto de integração avançada dos países latino-americanos não poderia ter como objetivo os interesses de governos ou de classes dominantes nacionais. Ao contrário, deveria ser um projeto sob a iniciativa dos povos, resultado da coordenação de esforços em todos os planos: sindical, social, cultural, parlamentar e partidário. Daí que a unificação das demandas e das lutas das forças populares fizesse parte do processo de integração. Assim, Marini propunha a latino-americanização das lutas e das plataformas de ação como sendo a resposta globalizada dos nossos povos às políticas de globalização dos impérios.

No que tange à integração latino-americana tão defendida por Marini, deve-se lembrar o papel estratégico desempenhado pela Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI. Criada em 1980 pelo Tratado de Montevidéu, a ALADI tem como objetivo elaborar um mercado comum regional, a longo prazo e de maneira gradual, mediante a concessão de preferências tarifárias e acordos de alcance parcial³⁶.

33 A proposta de estabelecer nas Américas uma área de livre comércio não é nova. Ela foi sugerida, pela primeira vez, pelos Estados Unidos, em 1889, durante a Conferência de Washington. Nesse episódio, a Casa Branca, sob a bandeira de prevenir conflitos, suscitou o debate acerca de uma união aduaneira entre as Américas. Sobre tal iniciativa, consultar Santos (2004).

34 Marini (1994, p. 14) assevera, em relação à integração latino-americana: “é preciso estabelecer bases sólidas para a tarefa de chamar para nós o grande desafio histórico com o qual estamos em confronto”.

35 O prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1988, o indiano Amartya Sen, sustenta, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, uma visão inovadora sobre o conceito de desenvolvimento. Segundo o professor, o desenvolvimento de um país não pode mais ser simplesmente considerado pela análise econômica clássica. Os indicadores econômicos são importantes, mas eles, por si só, são insuficientes para expressar o real nível de desenvolvimento de um povo. Sua tese repousa na garantia e ampliação das liberdades individuais e coletivas, como condição *sine qua non* para estimular a potencialidade humana. Para mais detalhes, consultar Sen (2003).

36 A ALADI substituiu a antiga ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio –, criada em 1960. São países-membros, atualmente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba,

É cabível enaltecer que alguns projetos regionais em curso, embora com seus resultados práticos questionáveis, resgatam, de certa forma, os ideais integracionistas de Ruy Mauro Marini³⁷. Se, por ora, uma integração latino-americana que envolva o México até a patagônia argentina pareça algo um tanto distante, até utópico³⁸ para os mais céticos, é inegável que certas iniciativas já expressem o interesse dos governos em alcançar um desenvolvimento conjunto e compartilhado, por via da complementaridade das economias locais e da intensificação das trocas comerciais.

Nesse viés, o fortalecimento do regionalismo consiste em uma importante ferramenta capaz de expandir a potencialidade dos países latino-americanos, a fim de possibilitar uma inserção competitiva na economia mundial globalizada.

Em consonância com esse objetivo, a Comunidade Andina de Nações (CAN), a União das Nações do Sul (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)³⁹ são exemplos práticos, conscientes ou não, dos princípios dependentistas dos anos 1970.

Contudo, embora as citadas organizações se encontrem em estágio embrionário e careçam de políticas institucionais mais eficientes e concretas, elas são manifestações explícitas dos governos de que a integração regional possa construir pontes para vencer a perversa marginalização histórica.

Como exposto anteriormente, as desigualdades sociais produzidas pela dominação europeia no período colonial se acirraram com a adesão dos governos locais ao projeto neoliberal encabeçado pelos Estados Unidos. Porém, emergiram

Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ver mais em: <<http://www.aladi.org>>.

37 Marini visualizou um crescimento compartilhado entre as nações, a fim de conseguir uma inserção autônoma no sistema capitalista mundial. Para ele, faz-se urgente estimular o diálogo entre movimentos sociais, sindicatos e governo federal. Clama-se pela mobilização das forças populares e pela participação enérgica e consciente da sociedade civil para que, juntamente com uma indústria local bem consolidada, promova à América Latina um inédito “desenvolvimento independente”.

38 Eduardo Galeano reflete sobre a utopia: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia, então? Serve para isso: para caminhar”.

39 A Comunidade Andina de Nações (CAN) foi fundada pelo Acordo de Cartagena, em 1969. Integram-lhe, atualmente, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia (o Chile, um dos signatários, retirou-se da organização em 1977). Ver mais em: <<http://www.comunidadandina.org>>. A UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) é uma organização que abrangeu o MERCOSUL e o Pacto Andino, além de Chile, Guiana e Suriname, em um único bloco regional. Foi estabelecido por esse nome pela Declaração de Cuzco, de 2004, mas a formalização ocorreu apenas em 2008, quando os líderes dos países se reuniram em Brasília. Ver mais em: <<http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>>. A ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) é um projeto contrário à ALCA e visa integrar a América Latina e o Caribe sob os princípios bolivarianos de unidade e comunhão. Liderados pela Venezuela e por Cuba, somam-se ao bloco: Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. Ver mais em: <<http://www.alternativabolivariana.org>>.

paralelamente como resposta aos efeitos negativos da globalização os processos de integração regional como a ALBA, a CAN e a UNASUL. Inclui-se também entre essas iniciativas o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL⁴⁰, cuja constituição oficial ocorreu com a ratificação do Tratado de Assunção, em 1991.

Embora sua criação tenha ocorrido apenas em 26 de março 1991, o ano de 1985 é o marco inicial do processo político que resultou na criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. Foi o momento em que Brasil e Argentina iniciaram as negociações comerciais, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas à formação de um mercado regional.

Em contexto histórico marcado pela redemocratização dos dois países, os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguazu. No documento, ambos os mandatários enfatizaram, entre outros temas, a importância da consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais (A CRIAÇÃO DO MERCOSUL, 2009).

O incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina impulsionou a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988. Naquele acordo, os dois países estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas. A aceleração da estratégia de integração econômica ocorreu em um momento em que Brasil e Argentina passavam por reformas econômicas neoliberais com base na liberalização comercial (A CRIAÇÃO DO MERCOSUL, 2009).

Ao esforço de integração inicialmente empreendido por Argentina e Brasil uniram-se Paraguai e Uruguai. Juntos, os quatro países formularam o projeto de criação do Mercado Comum do Sul, culminando na assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Naquela data, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram em ampliar as dimensões de seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos⁴¹. Esta-

40 O MERCOSUL foi ratificado no bojo do governo Collor e sob preceitos neoliberais, contudo, é evidente a potencialidade integracionista do bloco, o que, de alguma maneira, reporta à teoria da dependência da década de 1960 e a Ruy Mauro Marini.

41 Novas análises sobre a complementaridade dos desenvolvimentos econômico e social estão emergindo. Bernardo Kliksberg afirma que ambos os desenvolvimentos, econômico e social, estão condicionados mutuamente, pois a dinâmica atual do mundo não permite mais separá-los em categorias distintas. Reflete ainda sobre como os avanços na equidade e justiça social são importantes para o desenvolvimento econômico. Segundo ele, uma melhoria na distribuição de renda promoveria um significativo investimento na formação do capital humano; poderia

beleceram, no preâmbulo do Tratado fundador, que a constituição do mercado comum deveria se pautar pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia.

O MERCOSUL visa à formação de um mercado comum entre seus Estados partes. De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados; a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-membros; e a harmonização de suas legislações nas áreas pertinentes.

Para a criação de um mercado comum, o Tratado de Assunção previu o estabelecimento de um programa de liberação comercial intrazona e a implantação de uma tarifa externa comum. Reconheceu, ainda, a necessidade de que Paraguai e Uruguai cumprissem com tal programa de liberação comercial de forma diferenciada.

Em observância às assimetrias dos Estados-membros, os quatro sócios consideraram importante que a desagravação tarifária ocorresse em velocidade menos intensa para as economias menores do agrupamento.

O MERCOSUL se caracteriza pelo regionalismo aberto. Isso significa que a criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países. São Estados associados ao bloco: Bolívia (desde 1996), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004). Além disso, o Tratado de Assunção é aberto, mediante negociação, à adesão dos demais países-membros da ALADI (Associação Latino Americana de Integração). Nesse viés, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela⁴².

Deve-se ter presente que a integração influencia a dinâmica interna de seus integrantes, ao mesmo tempo em que é influenciada por ela. Portanto, é um processo dinâmico que apresenta momentos tanto de aceleração e aprofundamento quanto

influenciar favoravelmente no avanço tecnológico e nas taxas de poupança interna, além de fortalecer o desenvolvimento do capital social. Para mais detalhes, consultar Kliksberg (2000).

⁴² Para efetivar a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, falta ainda o veredicto dos congressos nacionais do Brasil e do Paraguai. Os parlamentares uruguaios e argentinos já votaram favoravelmente à entrada.

de estagnação e retrocesso (MARIANO, 2009). Todavia, deve-se reconhecer que a inexistência de uma agenda social, efetiva e integral, constitui uma das grandes carências do MERCOSUL até o momento. O bloco, embora de índole neoliberal e constituído de maneira divergente do pensamento dos dependentistas como Marini, apresenta grandes potencialidades integracionistas para os Estados da região.

A formação oficial do início da década de 1990 evidenciou o predomínio absoluto dos aspectos comerciais sobre outros instrumentos de integração⁴³ e, atualmente, tem revelado um vasto conjunto de necessidades e aspirações das sociedades da região, o que culminou em deixar dúvidas e incitar a falta de confiança em nossas populações, sobre o que se pode esperar do MERCOSUL.

A necessidade de avançar em sua formulação e tratamento pode bem constituir-se em um elemento articulador dos esforços da sociedade civil, tanto em relação ao aprofundamento da integração como em relação a um protagonismo social ampliado, que visa preencher as lacunas sociais dos Estados-membros.

O debate atual acerca do MERCOSUL como projeto histórico e a necessidade de estimular uma maior coesão social intrabloco devem conduzir a uma discussão muito mais aberta e profunda sobre quais são os melhores caminhos a seguir, ante os grandes desafios do presente.

MERCOSUL E COESÃO SOCIAL REGIONAL

O MERCOSUL surge como alternativa para estimular o desenvolvimento da região e promover melhoria na condição de vida dos habitantes, por meio de políticas regionais que garantam o desenvolvimento econômico e a justiça social. Conforme afirmado na seção anterior, durante a segunda metade do século XX, desenvolveu-se, na América Latina, um pensamento crítico, a teoria da dependência, que definiu as condições de desigualdade e de exclusão social existentes como um produto da dependência econômica, política e intelectual exercida pelo centro de dominação mundial. Segundo essa doutrina, a intensificação dos processos regionais, fortemente alicerçada na constante participação dos atores sociais, proporcionaria uma via para promover a coesão social⁴⁴ regional.

43 O Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe enaltece o predomínio, quase absoluto, até poucos anos atrás, dos aspectos comerciais na integração latino-americana. Ver mais em: <http://www.iadb.org.uy/intal/detalle_articulo.asp?idioma=por&aid=509&cid=351>.

44 Segundo a CEPAL, dois aspectos são fundamentais para se almejar a coesão social: a confiança social, ou seja, a confiança do indivíduo na credibilidade das instituições políticas; e a multiculturalidade, que se manifesta pelo reconhecimento da diversidade e da existência harmoniosa entre grupos culturais diferentes (CELARE, 2008, p. 3).

Esse pensamento originou um amálgama entre teoria e prática política que tendia à ação crítica, orientada a desfazer o controle exercido pelas forças econômicas e militares exteriores. Clamava-se pelos princípios de soberania e democracia, bem como pela defesa das identidades culturais e dos direitos humanos, que, uma vez interligados, poderiam operar a ruptura do poder dominante⁴⁵.

É nesse cenário que temas relativos às políticas sociais passam a ganhar notoriedade nas reformulações das estratégias políticas⁴⁶. No primeiro momento, o debate acerca da revisão dos modelos político, econômico e social se restringiu às esferas internas de cada Estado, contudo, com os avanços dos processos integracionistas das últimas décadas e a necessidade de convergir as políticas comuns, o assunto ganhou novas proporções⁴⁷.

Com relação aos processos de integração regional na América Latina, no que tange ao MERCOSUL, pode-se corroborar com a ideia de que as políticas sociais ainda se encontram em estágio embrionário. É relevante ressaltar que, desde a segunda metade dos anos 1990, acelerou-se o processo de construção das instituições dedicadas ao estudo e às recomendações de políticas sociais. Todavia, o MERCOSUL ainda opera com estratégias de difícil conciliação, ou seja, no plano institucional, orienta-se por uma estratégia minimalista, uma vez que abdica de trazer para o campo da integração social o debate e a proposição de modelos de desenvolvimento econômico e social que possam sustentar o processo efetivo de constituição da cidadania regional. Já no plano conceitual/discursivo, maneja a estratégia maximalista da unificação supranacional das políticas sociais (DRAIBE, 2009).

Deve-se ter claro que a unificação das políticas sociais⁴⁸ e, de modo mais ambicioso, a criação de uma cidadania social⁴⁹ comunitária, apoiada em direitos

45 Consultar, nesse sentido, Marini (1992).

46 A criação do Centro de Formação para Integração Regional (CEFIR), em 1993, representou um importante impulso para os ideais integracionistas da América Latina, em especial do MERCOSUL. O CEFIR tem como objetivo contribuir para democratizar e aprofundar os processos de integração, fortalecendo suas dimensões social, cultural e cidadã. Para mais detalhes, consultar Ventura (2008).

47 Uma demonstração da crescente influência do assunto no contexto latino-americano é a Declaração de Santa Clara (Peru), que estipula, no âmbito da Comunidade Andina de Nações, a interdependência de integração regional e coesão social. De acordo com o documento, “os processos de integração política e econômica devem estar orientados a melhorar permanentemente as condições de vida dos habitantes da região, fortalecendo o exercício de seus direitos e deveres”. Para visualizar a Declaração, consultar Comunidad Andina (2009).

48 De acordo com o XXXII encontro do Conselho do Mercado Comum (CMC), em 18 de janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, decidiu-se: “art. 1º - Criar o Instituto Social do MERCOSUL (ISM)”. Tal instituto será responsável pelo progresso social do bloco e o alinhamento das políticas sociais dos países-membros, visando promover o desenvolvimento humano na região. Ver mais em: <<http://www.mercosul.gov.br/merc-sul-social-e-participativo>>.

49 Trata-se de constituir a cidadania a partir da coesão social, como apontou Anna Ayuso (2007, p. 107-131): “A aplicação das políticas públicas de coesão requer a criação de instituições sociais participativas e seu fortalecimento. Estas são uma condição indispensável para a construção

e sistemas comuns de proteção social, têm sido crescentemente propostas como horizonte e metas do MERCOSUL social.

Quem encabeça a lista nesse sentido são os atores-chave que militam no processo de sua fundação, sejam representantes dos governos dos países membros, sejam as organizações da sociedade civil.

Contudo, integrar e unificar políticas e programas sociais de nenhum modo é um processo simples⁵⁰, que depende tão somente das vontades políticas dos governantes. Em relação a eles, é de se esperar que, tanto agora quanto certamente no futuro longínquo, atrasos e déficits serão verificados sistematicamente, como bem mostra a experiência mais antiga, a União Europeia⁵¹.

Afinal, as posições débeis e a baixa eficácia das políticas sociais também caracterizam internamente os países membros. A política social ocupa, comumente, um lugar marginal⁵² ou dependente da política econômica, por carecer de uma maior integração com a própria política econômica.

Mais que da independência e da autonomia, seu fortalecimento parece depender do aprofundamento de seus vínculos com a política econômica, em um modelo de crescimento econômico no qual seu próprio centro e a partir dele a política social opere como sistema de proteção social e, simultaneamente, como fator produtivo, isto é, como alavanca do próprio crescimento. Ora, essa é uma estratégia pertinente não somente à política econômica, mas também e, quem sabe, principalmente, à política social (DRAIBE, 2009).

Por sua marginalidade histórica, as questões sociais não despertaram o interesse político merecido na América Latina. Uma evidência dessa situação é que a preocupação social não contou com qualquer institucionalidade própria, na

de um conceito de cidadania que incorpore a dignidade e solidariedade como base das políticas redistributivas”.

50 A unificação das políticas sociais é difícil, pois repousa no objetivo de reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das distintas regiões e o atraso das áreas menos favorecidas, com a ideia de que grandes desigualdades são intoleráveis em uma comunidade. No caso do MERCOSUL, a missão se torna ainda mais complexa, em razão das enormes assimetrias dos Estados-membros e da própria desigualdade interna entre as regiões mais afastadas das metrópoles e dos centros econômicos.

51 A União Europeia, cuja base integracionista remonta à década de 1950, é o projeto de integração regional mais avançado em curso no mundo e encontra grandes dificuldades na conciliação das políticas sociais comunitárias. O grande déficit democrático do bloco e a resistência de certas parcelas da sociedade civil às políticas supranacionais confirmam a complexidade da tarefa e o tamanho do desafio que o MERCOSUL terá de enfrentar.

52 Vilmar Faria destaca a importância de Bernardo Kliksberg em “mobilizar argumentos fortes, irresponsáveis, em favor de um objetivo inadiável, o de situar o tema da desigualdade e da pobreza no centro da agenda política, no centro das políticas dos países latino-americanos. Em realidade, é de surpreender que sejam necessários argumentos tão fortes. A rigor, as diversas manifestações da injustiça social em nossa região são tão evidentes, tão chocantes, que o mais natural seria que essa questão nunca tivesse deixado de estar no núcleo de nosso debate político” (KLIKSBERG, 2000, p. 9).

primeira etapa de constituição do MERCOSUL. Com efeito, por pressão das entidades sindicais e outras organizações da sociedade civil, agregou-se aos dez primeiros subgrupos de trabalho instituídos pelo Tratado de Assunção⁵³ o subgrupo Relações Laborais, Emprego e Previdência Social⁵⁴, protagonista exclusivo das políticas integracionistas na época (DI PETRO, 2009).

O MERCOSUL, como referido, não nasceu com uma agenda social dotada de autonomia, embora certas dimensões sociais da integração tenham estado obviamente presentes em suas metas originais. Entretanto, impulso importante ao alargamento intelectual e valorativo da agenda social do bloco foi dado da metade dos anos 1990 em diante, pela incorporação de alguns dos temas centrais da agenda internacional: o compromisso da integração com os valores do Estado de Direito e, mais amplamente, da democracia e também a perspectiva dos direitos humanos, no quadro mais amplo de um modelo de desenvolvimento econômico regional, pautado pela justiça e pela equidade.

Em outros termos, verificou-se um processo intelectual de atualização e ampliação do *marco geral*, no qual se definem hoje os objetivos da integração social (DRAIBE, 2009). Pode-se tomar como um exemplo disso a Declaração do Conselho do Mercado Comum (reunião de junho de 2003), quando registra: [...] a necessidade de priorizar a dimensão social do MERCOSUL para incentivar o desenvolvimento com equidade dos Estados Partes e da região em seu conjunto, com ênfase naquelas medidas tendentes a propiciar a inclusão social e econômica dos grupos mais vulneráveis da população. Na área laboral [...] a necessidade de adotar medidas para erradicar o trabalho infantil, facilitar a livre circulação de trabalhadores e incluir o tema do emprego como objetivo na agenda da integração (MERCOSUL, 2009).

Apesar de a mencionada Declaração enfatizar a prioridade do desenvolvimento social no MERCOSUL, a referência a uma cidadania “supranacional” e comunitária não é nova. Sua base repousa na meta de garantir a livre circulação das pessoas entre os Estados-membro; ambição que até agora não se efetivou, pois a falta de

53 Para ver os dez subgrupos iniciais do MERCOSUL, acessar o Tratado de Assunção, em Tratado de Assunção (2009).

54 A Resolução MERCOSUL/GMC/RES nº 11/1991(I) criou o Subgrupo de Trabalho nº 11, Assuntos Trabalhistas; a Resolução MERCOSUL/GMC/RES nº 11/1992 modificou o nome do Subgrupo de Trabalho nº 11 para Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social. Consultar em: Tratado de Assunção (2009).

institucionalidade nos planos jurídico e legal impede a definição de uma normativa internacional comum (URIARTE, 2009).

O conceito de *cidadania social* é fundamentado no objetivo de se processar a integração social no plano de *políticas sociais unificadas*⁵⁵. Ele é tributário, em alguma medida, das bandeiras mobilizadoras dos movimentos sociais e das ONGs atuantes no plano global orientadas por posições críticas aos processos da globalização⁵⁶. Nesse sentido, é preciso refletir sobre a forma como efetivar-se-á o processo de integração do MERCOSUL, em especial no que concerne à defesa de direitos, à redução dos impactos negativos da integração e à ampliação da participação social por meio da incorporação das organizações da sociedade civil.

As propostas em matéria da unificação das políticas sociais se restringem ao plano do discurso, com poucas ações práticas. De todo o modo, é possível identificar dois sentidos nessa proposição. O primeiro, menos forte, estaria se referindo às medidas de harmonização, entre os países, de suas políticas sociais, caminho já parcialmente seguido, por exemplo, por meio de tratados bilaterais de complementação mútua de políticas sociais, como o celebrado entre Brasil e Argentina, anos atrás. O exemplo mais claro é o da educação, sobre as medidas visando à compatibilização dos créditos, diplomas e níveis de escolaridade (DRAIBE, 2009).

O segundo sentido é mais forte, uma vez que leva a supor a unificação *stricto sensu* das políticas sociais, ou seja, uma efetiva convergência delas, um processo de igualação de seus programas, em conteúdo, forma e mesmo instituições. Em certo sentido, uma verdadeira cidadania social “supranacional”, fundada em direitos sociais mínimos comuns, exigiria, para se efetivar, um processo unificador ou igualador de políticas sociais, algo um tanto longínquo ainda (DRAIBE, 2009).

Com efeito, apenas a partir de fevereiro de 2003 as autoridades responsáveis pelo desenvolvimento social do MERCOSUL, reunidas em Montevideu, passaram a conferir prioridade à luta contra a fome e a miséria e reafirmaram a necessidade de diminuir a desigualdade social na região. Para sua viabilização institucional,

55 Segundo o Instituto Social do MERCOSUL, a unificação das políticas sociais tem como objetivos: a consolidação da dimensão social como eixo fundamental do desenvolvimento do MERCOSUL; a contribuição na superação das assimetrias e a promoção de mecanismos de cooperação horizontal. Ver mais em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/ES/2007/DEC%20003-2007_ES_Instituto_Social.pdf>.

56 Nesse sentido, o Fórum Social Mundial se tornou um ator relevante na mobilização crítica da sociedade. Ele se caracteriza por ser um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital ou por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, em Porto Alegre, configurou-se como um processo mundial permanente na busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Sobre o FSM, acessar:: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>.

afirmaram que seria preciso criar um Fundo Social, formado por contribuições dos países - membros e associados⁵⁷. Em tal reunião, ficou acordado entre os chefes de Estados que o desenvolvimento regional mereceria especial atenção, assim como as condições fundamentais para alcançá-lo. Manifestaram também o compromisso dos Estados em cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio⁵⁸.

Apesar de os avanços referentes à construção de uma agenda social serem ainda tímidos, um importante passo foi dado nessa direção, em 2004, com a criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL, o FOCEM. Com um orçamento anual de US\$ 100⁵⁹ milhões, mais possíveis contribuições voluntárias, o Fundo se destina a financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e regiões menos desenvolvidas do MERCOSUL, impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco.

De acordo com o artigo 30 da decisão CMC nº 24/05, o FOCEM desenvolverá os seguintes programas: Programa de Convergência Estrutural; Programa de Desenvolvimento da Competitividade; Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração; e Programa de Coesão Social, sendo que os projetos apresentados neste último âmbito deverão incluir as áreas de saúde humana, educação e redução da pobreza e do desemprego.

Para tanto, os componentes do Programa de Coesão Social são: i) implantação de unidades de serviço e atendimento básico em saúde, com vistas a aumentar a expectativa de vida e, em particular, diminuir as taxas de mortalidade infantil; melhoraria da capacidade hospitalar em zonas isoladas e erradicação de enfermidades epidemiológicas e endêmicas provocadas pela precariedade das condições de vida; ii) ensino fundamental, educação de jovens e adultos e ensino profissionalizante, a fim de diminuir as taxas de analfabetismo e de evasão escolar; aumento da cobertura do sistema educativo formal na população; promoção de educação

57 Para visualizar a Declaração de Montevideu, acessar: <<http://www.segib.org/documentos/25/esp/Declaracoamontevideu1%5B1%5D%5B1%5D.pdf>>.

58 As Metas de Desenvolvimento do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas são: 1. erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. atingir o ensino básico universal; 3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde materna; 6. combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7. garantir a sustentabilidade ambiental; e 8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Ver mais em: <http://www.mercosur-social.org/documentos/declaraciones/declaracion_de_principios_PORTU.pdf>.

59 Os aportes são feitos em quotas semestrais pelos Estados-partes do MERCOSUL, na proporção histórica do PIB de cada um deles. Desse modo, a Argentina é responsável por 27% (vinte e sete por cento) dos recursos; o Brasil, por 70% (setenta por cento); o Paraguai, por 1% (um por cento); e o Uruguai, por 2% (dois por cento).

destinada a proteger as necessidades específicas de especialização; e diminuição das disparidades no acesso à educação; iii) capacitação e certificação profissional de trabalhadores, concessão de microcrédito; fomento do primeiro emprego e de renda em atividades de economia solidária; orientação profissional e intermediação de mão de obra, com vistas à diminuição das taxas de desemprego e subemprego; diminuição da disparidade regional, incentivando a criação de emprego nas regiões de menor desenvolvimento relativo; e melhoria da situação dos jovens no mercado de trabalho; iv) combate à pobreza, com identificação e localização das zonas mais afetadas pela pobreza e pela exclusão social; ajuda comunitária; promoção do acesso à moradia, à saúde, à alimentação e à educação de setores vulneráveis das regiões mais pobres e fronteiriças.

É interessante mencionar que a construção de uma agenda social do MERCOSUL, assim como os demais núcleos da integração, gira em torno do binômio igualdade *versus* distinção.

Ao mesmo tempo em que se vislumbra uma integração social por meio da unificação de suas políticas, esta não pode representar uma ameaça às soberanias dos Estados-membros. Essa questão impõe ao bloco um grande desafio institucional, uma vez que ainda não estão claros na parte política quais serão os mecanismos e as agências que regulamentarão dito processo.

Deve-se alertar sobre o fato de que, para o cumprimento de uma integração que abranja todos os povos no âmbito do MERCOSUL, é fundamental que sejam consideradas a participação efetiva e as reivindicações dos agentes sociais regionais. Obrigatoriamente, devem constituir esse objetivo, assim como afirmou Marini: empresários e trabalhadores sindicalizados, desde logo, mas também segmentos de trabalhadores conectados com o setor informal; os colégios profissionais; as organizações de mulheres; as associações de defesa do meio ambiente; as ONGs envolvidas com as distintas dimensões e áreas das políticas sociais, etc. (PODESTÁ, 1996).

Consoante com a necessidade de fortalecer a sociedade civil e de ampliar e diversificar os agentes envolvidos na integração regional, a Profa. Dra. Karine de Souza Silva assevera que, no campo da práxis, a sociedade civil organizada tem sido responsável por capitanear a criação de diversas redes que, sem olvidar a reflexão teórica, promovem um enfrentamento direto à globalização excludente⁶⁰. Essas redes interligam, em diferentes níveis, muitos atores e revelam uma presente interconexão dos meios interno e internacional (SILVA, 2009, p. 152).

60 Sobre a globalização excludente, pesquisar em Herz e Hoffmann (2004).

Nesse viés, para atingir os interesses de bem-estar regional, além de incluir os agentes sociais na participação efetiva dos processos de integração e de criar instituições “supranacionais” que executem a agenda social do MERCOSUL, faz-se necessário uma urgente revisão sobre o próprio modelo de desenvolvimento econômico e social de cada Estado-membro. Abre-se, assim, a oportunidade para a reflexão sobre a implantação de um modelo que, diferentemente do atual, inclua e privilegie o progresso social em suas próprias metas econômicas.

Além de razões de equidade, igualdade, coesão e inclusão social, há argumentos que sublinham a importância, nos tempos atuais, de se criarem alternativas ou modelos de desenvolvimento econômico que sejam, ao mesmo tempo, economicamente dinâmicos, politicamente democráticos e socialmente inclusivos (MKANDAWIRE, 2002, p. 3-8).

Do ponto de vista das políticas sociais, buscar-se-ia um sistema de proteção social no sentido mais amplo, cujas interações com o tecido econômico operem como uma alavanca tanto para o crescimento da economia quanto, ao mesmo tempo, para a promoção da maior igualdade entre os cidadãos. Ou seja, tratar-se-ia de colocar no centro da Agenda Social um novo e virtuoso modo de articulação entre a política econômica e a política social, em uma estratégia comum que viabilizasse a concretização tanto de um novo modelo de desenvolvimento social quanto da própria e almejada integração social regional. Ao não fazê-lo e, ao contrário, ao eleger projetos de unificação das políticas como objetivo central, a estratégia aparentemente maximalista da Agenda Social revela sua verdadeira face minimalista e institucionalmente débil, dada sua inviabilidade (DRAIBE, 2009).

Sabe-se das barreiras para se avançar na direção de um modelo como o referido, ainda mais no MERCOSUL, quando as forças hegemônicas internacionais da globalização tendem a ir em sentido contrário. Contudo, isso não significa um impedimento à formulação de novas alternativas de desenvolvimento. A busca por uma inserção internacional do bloco deve se orientar pela inclusão e pelo desenvolvimento social. Ademais, os objetivos propriamente sociais não estão isolados, eles atuam em parceria com os objetivos estratégicos e políticos dos Estados, o que torna cada vez mais propício que se busque, por meio das comunidades envolvidas e dos pactos regionais, o apoio para a implantação de novos projetos de desenvolvimento econômico e social.

Em suma, espera-se que o MERCOSUL assuma seu compromisso com a equidade social e a cidadania regional. Embora a globalização e o neoliberalismo tenham dissipado quase por completo a coesão social, a solidariedade e a ação coletiva

para o bem comum, faz-se imprescindível, no atual contexto, incorporar, em uma mesma esfera de atuação, indivíduo, sociedade e Estado.

Para esse propósito, devem-se concentrar fortes investimentos na educação⁶¹, no emprego, na saúde, na reforma agrária e na seguridade social entre os cidadãos, pois a elevação de uma coesão social implica a participação dos indivíduos na vida pública e nos processos de decisão que afetam suas vidas. Nesse viés, a alienação coletiva e a falta de consciência popular devem ser revertidas, o que exige também a abolição da discriminação entre os grupos incluídos e excluídos socialmente. Apenas com a cidadania regional plena é que será possível alcançar uma coesão social suficiente para atingir um desenvolvimento equânime e sustentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas pendentes desde o período colonial, na América Latina e no MERCOSUL, requerem uma capacidade de adaptação às circunstâncias históricas e mutantes. Os cientistas políticos atuais podem se valer do rico legado do pensamento crítico dos teóricos da dependência de 1970, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, e renovar as políticas progressistas de hoje, a fim de enfrentar os desafios propostos pela globalização. De tal forma, deve-se desenvolver primeiro a teoria social crítica, fortemente alicerçada nos movimentos sociais desafiadores do *status quo* pelo método da práxis contínua, como o Fórum Social Mundial, para formular propostas alternativas que garantam a emancipação dos grupos sociais mais vulneráveis.

Nesse roteiro, não há como negar que o regionalismo estratégico, ou seja, uma integração consciente, orientada pelos parâmetros de complementaridade econômica, exploração sustentável dos recursos naturais, desenvolvimento da capacidade humana e maior coesão social possa, finalmente, representar para o continente uma ruptura permanente da subordinação ao poder hegemônico internacional e à construção de uma ética cosmopolita de fato.

De tal forma, a coesão social deve operar em simetria com o desenvolvimento econômico regional e, de maneira prioritária, compor o núcleo orgânico das estratégias do MERCOSUL. As políticas sociais não podem ser meramente compen-

61 É inconcebível a elevação da coesão social sem o fomento da educação, tanto no nível nacional como regional. Ela deve operar como ferramenta emancipadora do indivíduo, através da conscientização popular e da “descodificação” do pensamento opressor, na qual, por opção, cada um assuma para si a decisão e o comprometimento de participar da atividade política. Nesse sentido, consultar (FREIRE, 2006).

satórias dos custos do ajuste nos grupos e territórios “perdedores” do processo de integração, nem se limitar a ser um mecanismo para reduzir as assimetrias entre os países-membros e regiões, ainda que ambas as coisas sejam elementos indispensáveis para a política de coesão.

Por fim, o compromisso de garantir uma plena coesão social regional deve refletir uma particular distribuição de competências e meios de ação entre os governos locais e regionais, as autoridades nacionais e o MERCOSUL, seja por meio de métodos intergovernamentais, seja por meio de mecanismos comunitários “supranacionais”. É, portanto, resultado da colaboração entre MERCOSUL e Estado e, dentro deste, das administrações centrais, regionais e locais e de atores não governamentais, como movimentos sociais, sindicatos, ONGs e partidos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICI, Pierre. *O pesadelo da “Operação Condor”*. Paris: Le Monde Diplomatique, maio 2001.
- A CRIAÇÃO DO MERCOSUL. Disponível em: <[http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/aspectos-gerais-do-mercosul/a-criacao-do-mercosul/?searchterm=histórico do Mercosul](http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/aspectos-gerais-do-mercosul/a-criacao-do-mercosul/?searchterm=histórico%20do%20Mercosul)>. Acesso em: 14 Set. 2009.
- ARGUMEDO, Alcira. *Los silencios y las voces en América Latina*. Buenos Aires: Colihue, 2004.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/UNESP, 1996.
- AYUSO, Anna. Pobreza, desigualdad y cohesión social. Más allá de los Objetivos del Milenio. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 0, p. 107-131, 2007.
- BAGÚ, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial*. Cidade do México: Grijalbo, 1993. p. 253.
- BOLÍVAR, Simon. *Simón Bolívar ideario político*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981.
- BRANDFORD, S. The Fernando Henrique Cardoso. In: BRANDFORD, S. et al. *Politics transformed: Lula and the work`s party in Brazil*. Londres: Latin America Bureau, 2003. p. 74-102.
- CELARE. Cohesión social: la clave del desarrollo. EUROLAT, *Revista de Integración y Relaciones Eurolatinoamericanas*, v. 4, n. 77, ano 15, dez. 2008.
- CEPAL. *Anuário estatístico 2004 e 2005*. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: Set. 2009a.
- CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe, 2004 y 2005*. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: set. 2009.
- COMUNIDAD ANDINA. *Declaración de Santa Clara*. Disponível em: <<http://www.integracionsur.com/comunidadandina/ComunidadAndinaConsejoRegional>>. Acesso em: 1º. out. 2009.

- DI PETRO, Paolo. *La dimensión social del MERCOSUR: recorrido institucional y perspectivas*. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/>>. Acesso em: 21 ago. 2009.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas*. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 out. 2009.
- DUSSEL, Enrique. *1492: el encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad*. Bogotá: Antropos, 1992.
- FERRER, A. *De Cristóbal Colón a internet. América Latina y la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia del oprimido*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. 28. ed. México: Siglo XXI, 1984.
- GÉNÉRAUX, Jacques. *O horror é político*. 4. ed. São Paulo: Bertrand, 2001.
- HERZ, M; HOFFMANN, A. *Organizações internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARIANO, Marcelo P. MERCOSUL: criação, problema e perspectivas. Coordenação Karina L. P. Mariano. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/03145pt.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2009.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 10. ed. Cidade do México: ERA, 1990.
- _____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. *La teoría social latinoamericana*. Cidade do México: Unam, 1994.
- MARTÍ, José. *Obras completas: Nuestra América*. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1975.
- MARX, Carl. *El capital*. t 1. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- MERCOSUL. *Declaración*. In: Reunión Del MERCOSUR, 24. Disponível em: <http://www.sela.org/public_html/AA2K3/ESP/cap/N67/cap67-11.htm>. Acesso em: 02 set. 2009.
- MKANDAWIRE, T. *Le retour du développement*. Paris: Courrier de la Planete, 2002. p. 3-8.
- MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Org.). *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 330.
- OSORIO, J. América Latina hoy. Entre la explotación redoblada y la actualidad de la revolución. *Herramienda*, Buenos Aires, n. 35, jun. 1996.

- PODESTÁ, B. MERCOSUR: los primeros pasos del Foro. Lima: Gestión, 6 jun. 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1. ed. 1942. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PREBISH, Raúl. *El desarrollo económico em América Latina y algunos de sus principales problemas*. Cidade do México: UNAM, 1994. p. 238.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *Peru Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, 1992.
- QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, Paris: UNESCO, n. 134, 1992.
- REGO, Josoaldo Lima. O universalismo europeu. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 5, p. 186-190, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SADER, Emir et al. *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Organização Emir Sader e Theotônio dos Santos. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- . *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SANTOS, Theotônio dos. *La crises de la teoria del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.
- . *Unipolaridade ou hegemonia compartilhada*. In: *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003. v. 1.
- SEGRERA, F. López. *El pensamiento social latinoamericano en el siglo XX*. Caracas: UNESCO, 2009.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- SILVA, Felipe Luiz Gomes. *Trabajo, “exclusión social” y “globalización”: repensando CONCEPTOS*. São Paulo: UNESP, 2006.
- SILVA, Karine de Souza. *Integração regional e exclusão social na América Latina*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- TRATADO DE ASSUNÇÃO. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrp/mrcsrinp.asp>>. Acesso em: 17 set. 2009.

URIARTE, Oscar Ermida. *La ciudadanía laboral en el Mercosur*. Disponível em: <<http://www.ilo.org/spanish/region/ampro/cinterfor/sala/ermida.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2009.

VENTURA, Deisy et al. *Reforma institucional del MERCOSUR: análisis de um reto*. Montevideu: CEFIR, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y las origens de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo XXI, 1979.

———. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Tradução Beatriz Medina. Apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.